



MARIA DA GRAÇA VARELA MOREIRA

TEMA: Supervisão da Qualidade do Ensino Básico em Santa Catarina
Período de 2003 – 2006

BACHARELATO EM SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICO

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
JUNHO 2008

MARIA DA GRAÇA VARELA MOREIRA

**TEMA: Supervisão da Qualidade do Ensino Básico em Santa Catarina — Período de
2003– 2006**

**Trabalho do fim do curso a ser apresentado no ISE, para obtenção do grau de
Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógica, sob orientação do
Doutor Gabriel Fernandes**

Trabalho do fim do curso a ser apresentado ao Instituto Superior da Educação aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Conselho Científico, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Supervisão e Orientação Pedagógica.

O Júri:

Praia ____/____/____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Bernardo Moreira; à minha mãe Amélia Varela; ao meu esposo Arsénio Furtado aos meus filhos, Davilson Furtado e Denise Furtado e à minha família em geral.

AGRADECIMENTOS

, A realização de um trabalho desta natureza implica sempre a conjugação de esforços de diversas entidades e individualidades. É neste contexto que gostaria de expressar toda a minha gratidão a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para que este trabalho fosse hoje uma realidade. Aproveito este momento para expressar do fundo do meu coração os meus sinceros agradecimentos ao Doutor Gabriel Fernandes, por ter aceite o desafio de me orientar na realização deste estudo, acompanhando-me sempre, principalmente nos momentos mais difíceis, com sua amabilidade e espírito de colaboração. O Doutor Gabriel, que Deus ilumine sempre o seu caminho.

Igualmente, devo agradecer o meu esposo Arsénio Furtado, cuja colaboração foi muito preciosa na realização deste sonho. À todos os professores do Curso de Supervisão e Orientação Pedagógica de forma geral, seja eles do ISE ou do IP. À comunidade Educativa da Escola Básica de Santa Catarina um muito obrigado, em especial: ao Delegado do Ministério deste Concelho, à minha sobrinha Estela Anita, aos meus colegas do curso, pela partilha; à minha família pela compreensão.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
1.1 - Conceito de supervisão.....	11
1.2 - Perfil do Supervisor Pedagógico	12
1.3 - Modalidades de supervisão no Ensino Básico	14
1.4 - Tipos de Supervisão no Ensino Básico.....	15
1.5- O Papel do supervisor na capacitação do professor	15
1.6 - O papel do supervisor e do professor na relação pedagógica	16
1.7 - Supervisão como instrumento básico para a melhoria da qualidade educativa	18
1.8 - Qualidade educativa e as suas dimensões	19
CAPÍTULO II – O Sistema Educativo Cabo-verdiano	20
2.1 - Princípios Orientadores	20
2.2 - Estrutura e Organização do Sistema Educativo Cabo – verdiano	20
2.3 - A Organização e funcionamento dos Pólos Educativos.....	22
CAPÍTULO III: A experiência da Supervisão Educativa em Santa Catarina	26
3.1 - Caracterização do concelho de Santa Catarina	26
3.2 - Caracterização da Educação no Ensino Básico em Santa Catarina 2003 a 2006.....	27
3.3 - A Supervisão em Santa Catarina:	31
3.4 - Organismo da Supervisão em Santa Catarina	33
CAPÍTULO IV: Apresentação e Interpretação dos dados	37
4.1- Resultados dos Inquéritos	37
4.2 - Resultados das Entrevistas	48
4.3- Análise dos pontos fortes e fracos da supervisão nas escolas básicas do Concelho.....	50
CONCLUSÃO/SUGESTÕES	51

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Número de alunos e professores do EBI.....	29
Quadro nº 2 – Percentagem do abandono escolar-----	30
Quadro nº3 Repartição dos coordenadores por sexo -----	37
Quadro nº 4 – Repartição dos coordenadores por idade -----	37
Quadro Nº5 – Género dos gestores inquiridos -----	40
Quadro Nº 6 – Distribuição dos gestores por idade -----	40
Quadro nº 7 – Tempo de serviço como gestor -----	41
Quadro nº 8 – Habilitação profissional -----	42
Quadro nº 9 – Organização do pólo em condições de assegurar as demandas actuais ----	42
Quadro nº 10 – Grau de comprimento de atribuições -----	43
Quadro nº 11 – Distribuição segundo idade -----	44
Quadro nº 12 – Participação dos coordenadores na vida da escola-----	45
Quadro Nº 13 – Acompanhamento dos filhos na escola -----	46

Quadros em Anexo

Quadro n.º 14 – Mudança de supervisão do Sistema	
Quadro n.º 15 – Modelo de supervisão existente	
Quadro n.º 16 – Percepção de aprendizagem do filho	
Quadro n.º 17 – Contribuição no proc. Ensino/aprendizagem	
Quadro n.º 18 – * Acompanhamento dos filhos à Escola	
Quadro n.º 19 – Modelo do controlo existente * inspecção uma forma de controlo	
Quadro nº 20 – Nº de alunos, aprovação e reprovação	

Índice de Gráficos

Gráfico Nº 1 – Vínculo laboral com o MEES	41
Gráfico Nº 2 – Género dos professores	43
Gráfico Nº 3 – Habilitação académica	44
Gráfico n.º4 – Mudança do sistema de supervisão nos últimos anos	46
Gráfico n.º 5 – Modelo de supervisão existente	47
Gráfico n.º 6 – A aprendizagem do filho na escola filho .	47

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta, sobre o tema «Supervisão da qualidade do ensino básico em Santa Catarina 2003 a 2006» constitui a memória do fim de curso de Supervisão e Orientação Pedagógica, no Instituto Superior de Educação.

Flávia Vieira, na sua obra, *supervisão de uma prática reflexiva*, afirma que o interesse pelos temas relacionados com a supervisão nas instituições educativas tem vindo a aumentar nos últimos tempos. Segundo esta autora, tal aumento explica-se não só pela contribuição positiva que a supervisão tem dado na melhoria da qualidade, como também na orientação da prática pedagógica que incide directamente no processo de ensino aprendizagem.

Com a prática sistemática da supervisão nas instituições educativas, os docentes e as escolas saíram a ganhar, melhorando assim a qualidade do ensino.

Considerando a importância deste potencial instrumento na promoção da melhoria da qualidade educativa, achamos ser pertinente a aposta numa cultura de supervisionamento das instituições educativas do país, de forma a promover melhorias sistemáticas da qualidade das actividades desenvolvidas pelas escolas nacionais. Trata-se de um instrumento que permite aos agentes supervisores analisar as relações que afectam ou que podem vir a afectar o estabelecimento do ensino no seu desempenho e promover possíveis soluções.

As razões da escolha do tema (supervisão da qualidade do ensino básico em Santa Catarina no período de 2003 a 2006) prendem -se com o desejo de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso de supervisão e orientação pedagógica. Outrossim, por se tratar de um tema que consideramos fundamental para a melhoria da qualidade do ensino de qualquer instituição educativa. Está ainda, na base desta opção, a expectativa de contribuir para a criação de uma base de dados relativa à qualidade do serviço prestado pelo organismo de supervisão no concelho e apresentar propostas que lhe possibilite prestar um serviço de qualidade progressiva.

METODOLOGIA

Após a apresentação das razões que nos levaram à escolha do tema em questão, estabelecemos os objectivos que pretendemos atingir com a realização deste trabalho.

Assim, como objectivo geral temos:

- Contribuir para a criação de uma base de informações/ conhecimentos sobre a qualidade de serviços prestados pelos supervisores nos estabelecimentos do ensino básico no concelho de Santa Catarina.

- Como objectivo específico:

- Identificar junto das Escolas do Ensino Básico no concelho de Santa Catarina, aspectos relacionados com o papel da Supervisão na melhoria da qualidade do Ensino Aprendizagem;

- Analisar os factores que influenciam a supervisão no Ensino Básico do Concelho; e apresentar estratégias de actuação que possibilitem melhorias da supervisão nas escolas básicas.

A elaboração deste trabalho visa responder à pergunta:

Qual é o contributo da Supervisão na melhoria da qualidade do Ensino Básico no Concelho de Santa Catarina»?

Existe uma relação directa entre a inovação introduzida no sistema de supervisão e a melhoria da qualidade do ensino

Para a realização do presente trabalho utilizamos como metodologia a análise documental, que nos permitiu a realização dum quadro teórico conceptual e tivemos de fazer pesquisas bibliográficas, na Internet, a fim de conseguirmos pistas de reflexão.

Para o efeito, elaboramos questionários específicos para gestores, professores, coordenadores, representantes de núcleos pedagógicos e entrevista para o Sr. Delegado do MEES e para o Sr. Inspector. Para a análise dos dados respeitantes aos questionários, optamos pela abordagem quantitativa, enquanto que para as entrevistas, a qualitativa. Os dados foram organizados em gráficos e quadros. O estudo incidiu sobre as escolas básicas de Santa Catarina. O tratamento dos dados recolhidos foi no Excel e SPSS.

O Trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

Uma introdução, na qual, em linhas gerais, contextualizamos e apresentamos as razões da escolha deste tema e do seu desenvolvimento;

Um primeiro capítulo onde apresentamos um quadro teórico conceptual, onde realçamos a ideia mestra que sustenta a sua elaboração;

Um segundo capítulo onde falamos sobre o Sistema Educativo Cabo-verdiano, realçando alguns aspectos relacionados com os princípios orientadores do mesmo, a sua estrutura e organização;

Um terceiro capítulo onde evidenciamos a experiência da supervisão educativa nas escolas básicas de Santa Catarina;

Um quarto capítulo onde apresentamos e analisamos os resultados dos inquéritos e das entrevistas e enumeramos os pontos fortes e fracos da supervisão no Concelho;

Finalmente, a conclusão na qual fazemos uma síntese e apresentamos algumas propostas que julgamos importantes e pertinentes para a melhoria da supervisão e da qualidade no ensino básico, em Santa Catarina.

CAPÍTULO I: QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL

1.1 Conceito de supervisão

A supervisão no contexto da formação de professores, define-se como uma actuação de monitorização sistemática da prática pedagógica, sobretudo através de procedimentos de reflexão e de experimentação.

Segundo a autora deste conceito,¹ a definição decorre dos seguintes pressupostos:

- a) O objecto de estudo da supervisão é a prática pedagógica do professor;*
- b) A função primordial da supervisão é a monitorização dessa prática;*
- c) Os processos centrais da supervisão são a reflexão e a experimentação.*

A Supervisão pedagógica constitui uma das preocupações dos responsáveis da educação na medida em que a eficácia e a eficiência da qualidade do ensino passam, necessariamente, pela capacitação e acompanhamento sistemático dos professores para fazer face aos desafios da sociedade em constante mutação.

Com efeito, a supervisão responde as demandas da educação, exercendo influências pedagógicas eficazes no seio dos professores, assim como noutros intervenientes do processo ensino aprendizagem, tendo sempre presente as transformações sociais vigentes.

Assim sendo, os desafios do mundo actual implicam que nas escolas existam profissionais qualificados/capacitados para exercer a função da supervisão da qualidade educativa, assentes numa planificação científica cuidada, partilhada e responsabilizadora, pois, a supervisão, ao assumir o carácter pedagógico, predispõe aos diferentes actores, um conjunto variado de conhecimentos que permitam exercer as suas funções.

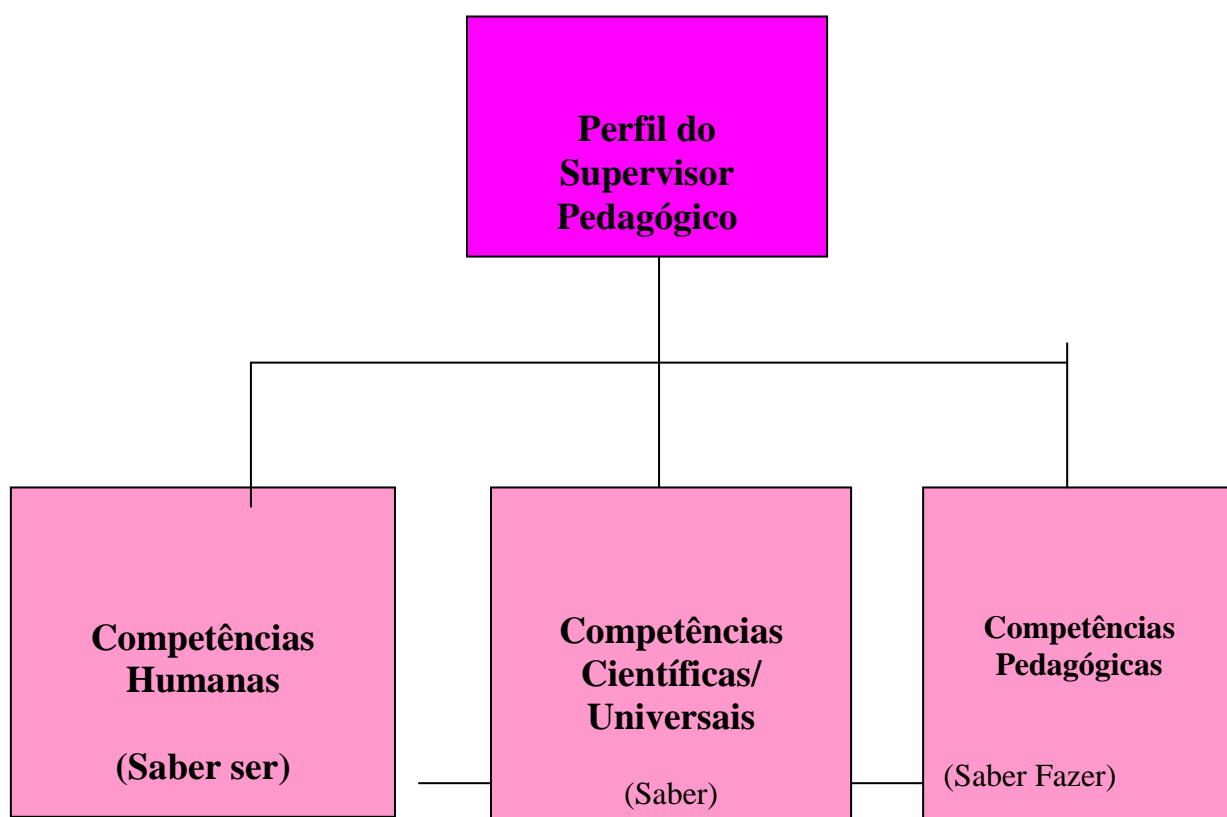
Os supervisores pedagógicos deveriam ter consciência dessa responsabilidade e agir em conformidade com normas apropriadas, junto dos professores, cumprindo um ciclo regular que se caracteriza pela reflexão/acção/reflexão, tomando posições críticas, a partir das análises dos sucessos e dos aspectos menos bons, de forma colectiva visando

¹ Flávia Vieira, Supervisão uma prática reflexiva de formação de professores, 1ª edição, ASA, 1993, Rio Tinto - Portugal

transformar eficazmente a escola. A supervisão deve ser entendida como uma ferramenta imprescindível para a melhoria da qualidade de ensino aprendizagem.

1.2 – Perfil do Supervisor Pedagógico

O supervisor desempenha um papel muito importante na missão educativa, consequentemente, ele deve possuir características diversificadas de modo a poder exercer cabalmente a sua função.



Competências humanas (saber ser) – Capacidade de relação interpessoal – Espírito cooperativo – (*partilha*) – Confidencialidade (*sigilo*) – Coerência (*teoria/ prática*) – Congruência pessoal (*é a característica fundamental da personalidade madura, pois, um educador congruente mantém acordo entre os diversos aspectos da sua personalidade - não mente nem engana mesmo involuntariamente, a si ou os outros com o seu comportamento*) Responsabilização (implicação) – Democratização nas acções (*respeito pela dignidade humana*) – Tolerância (*valor / tendência de admitir nos outros maneiras de:*

pensar, agir, sentir diferentes) - Atenção (saber ouvir, isto é, escutar mais do que falar)- Conhecimento de si próprio (tonalidade da voz; linguagem verbal; gestual, postura; Humildade (*reconhecimento das próprias limitações e atitudes de não irem para além daquilo que a lei moral permite*) -Temperança (virtude que leva à moderação dos prazeres e dos apetites)

Autoconfiança (o homem é o que ele acredita)² – Anton Tchecov, Assertividade (negociar e gerar consenso entre as partes) Imparcialidade (conhecer as fronteiras de intervenção)

Competências Científicas/universais (saber) - Domínio da área do saber/ conhecimentos - Domínio de Investigação/ acção – reflexão - Flexibilidade (na busca de áreas convergentes) - Inovador (abertura de espírito) - Competência transversais (capacidade de *integrar saberes de diferentes áreas*)- Objectividade e discussão (clarificar zonas de sombra ou águas turvas) - Maturidade profissional (agir com segurança de forma a transmitir confiança) - Domínio da linguagem falada e escrita - Racionalidade total (ênfase na razão e não no senso comum).

Competências pedagógicas (saber fazer) – Capacidade de reunir instrumentos necessários para estruturar e realizar o processo superviso; Capacidade reflexiva no âmbito das teorias, modelos, métodos e técnicas apropriadas, visando melhorar a qualidade educativa. Os modelos pedagógicos influenciados pela teoria cognitiva – desenvolvimentista, particularmente pela teoria cognitiva de Jean Piaget e que acentuam a aprendizagem pela descoberta, a resolução de problemas e o trabalho de projectos. Os modelos construtivistas e interacionistas são exemplos de modelos orientados pela pedagogia da descoberta. A aprendizagem pela descoberta pode ser autónoma ou orientada. (*Piaget, Bruner e modelo interactivo*) Domínio do saber fazer, isto é, capaz de “transferir” e de fazer “transferir” a teoria para a prática (em situações significativas) Promotor da construção de novos saberes com base na teoria construtivista (*processo de aprendizagem por interacção e descoberta*).

O supervisor pedagógico ideal é alguém com domínio de competências transversais sólidas que lhe confere a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, (saberes, capacidades, informações ...), para resolver, com pertinência e eficácia, situações educativas da vida corrente.

² Anton Tchecov – Gestão das organizações, 2ª edição, Espana: editora MC Graw – Hill, Novembro 2005, p. 3.

1.3 - Modalidades de supervisão no Ensino Básico ³

A supervisão pode assumir diferentes modalidades, designadamente:

- Supervisão correctiva – trata-se de localizar incorrecções. Geralmente, trata dos “sintomas” em vez de investigar as causas dos problemas. Preocupa-se com os erros mais do que com os méritos;
- Supervisão preventiva – trata de prevenir em vez de “remediar” os desafios ou males da instituição educativa. Procura orientar, formar, informar previamente para que não se verifiquem erros e desvios. Procura evitar que os agentes educativos percam a auto-confiança;
- Supervisão construtiva – não menciona as falhas e erros enquanto não cria condições específicas para a sua solução. Procura desenvolver a capacidade técnica e a personalidade dos agentes educativos em vez de se contentar em remediar as falhas. Não se preocupa apenas em capacitar o agente educativo para a solução de um dado problema, mas trata de desenvolver a capacidade do agente para enfrentar, por si, outros problemas.
- Supervisão criadora – trata de motivar o agente educativo para um trabalho inovador. Estimular e contribuir para que cada professor ou educador seja um verdadeiro artista da educação, ou seja, um agente capaz de fazer uso da sua inspiração, sua sabedoria, aptidões e afecto em prol de uma acção educativa de elevado nível.
- Supervisão científica – não se limita à observação sistemática da actuação dos agentes e sistemas educativos, mas, submete tais observações ao rigor da análise científica, através de métodos que são utilizados na acção educativa.
- Supervisão democrática – baseia-se na tradição progressista da educação (contrapondo à supervisão autocrática e autoritária), promove o assessoramento vocacional e educacional e procura “ o máximo de desenvolvimento do professor para atingir a maior eficiência profissional”.

³ <http://manuais-do-estudante.blogspot.com> e <http://professorvarela.blogspot.com>

1.4 - Tipos de Supervisão no Ensino Básico

De forma geral, as modalidades da supervisão não funcionam de forma isolada, pois um complementa o outro. Todavia, no ensino básico prevalece a modalidade construtiva (uma vez que procura desenvolver a capacidade técnica e a personalidade dos agentes educativos em vez de se contentar em remediar as falhas) e a criadora (por se tratar de motivar o agente educativo para um trabalho inovador, e contribuir para que cada professor ou educador seja um verdadeiro artista da educação).

1.5- O Papel do supervisor na capacitação do professor

Segundo Alarcão e Tavares (1987) o desenvolvimento profissional resulta da constante reflexão sobre o já experimentado, e a criação de novas experimentações num caminho para um tipo de acção cada vez mais eficaz e positiva. Esta definição estabelece uma ligação com as funções de supervisor que, segundo Alarcão e Tavares (1987) cit. por Alarcão Isabel (org) e outros, (1996), deve agir como alguém que deve acompanhar, ajudar e desenvolver aptidões e capacidades, ou seja, criar condições de sucesso ao futuro professor.

Podemos dizer que um dos papéis do supervisor é o de observar as práticas educativas e, a partir daí, ajudar o professor a melhorar o seu desempenho, procurando sempre desenvolver no professor o espírito crítico. Para isso, torna-se necessário que o supervisor invista continuamente na sua auto e hetero-formação.

O supervisor é, pois, um profissional que acompanha as primeiras experiências práticas dos futuros professores que, de acordo com o modelo seguido pelo supervisor no acompanhamento e orientações das acções, quer práticas quer reflexivas, ajuda ou atrapalha o crescimento das capacidades e habilidades do futuro professor e de si próprio.

A função do supervisor, assim entendida, é uma função complexa e comporta, conforme refere Vieira (1993), cit. por Alarcão Isabel⁴ (org), a dimensão analítica referente aos processos de operacionalizações de monitorizações da prática pedagógica, e dimensão interpessoal relativos aos processos de integração entre os sujeitos na monitorização da prática.

⁴ Tavares, José e Alarcão, Isabel (1987) – supervisão da pratica pedagogia uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem, 2ª edição, Almedina.

Desta definição, pode-se dizer que a função supervisava inclui o projecto de inter – ajuda uma vez que ninguém pode ser ajudado se não quer. A monitorização e o encorajamento são indispensáveis para que cada um dê o seu melhor nas situações problemáticas com que se deparam. Compreende-se então que o papel do supervisor deve assentar no contínuo processo de interacção consigo próprio e com os outros, contendo estratégias de observação, reflexão e acção das aulas do futuro professor.

Simplificando, o supervisor deve reflectir sobre os dados que recolhe avaliando-os sistematicamente, de modo a corrigir e melhorar as suas competências pedagógicas e reflexivas, promovendo, assim, como consequências, e meios, o sucesso dos alunos, candidatos a professores, bem como o seu próprio sucesso profissional.

1.6. O papel do supervisor e do professor na relação pedagógica

O papel do supervisor pode ser analisado sob diversos pontos de vista, e em duas dimensões fundamentais da supervisão:

-Dimensão analítica

-Dimensão interpessoal

Dimensão analítica – é referente aos processos de operacionalização da monitorização da prática pedagógica;

Dimensão interpessoal – é relativa aos processos de interacção (acção recíproca) entre os sujeitos envolvidos na monitorização da prática pedagógica.

Estas duas dimensões interpenetram-se de tal modo que não é possível desenvolver uma independentemente da outra. Contudo, a dimensão interpessoal parece exercer um papel regular. Outrossim, wallace (citado por Vieira, 1993) distingue duas formas clássicas de perspectivar os papéis do supervisor, nomeadamente:

Numa perspectiva «prescritiva» em que o supervisor é entendido como autoridade única, juiz do pensamento e actuação do professor, a quem dá lições de bom profissionalismo, servindo frequentemente como modelo a seguir;

Numa perspectiva «colaborativa» em que o supervisor surge como um colega com mais saber e experiência, receptivo por excelência ao professor que orienta, co-responsabilizando-se pelas suas opções, ajudando-o no desenvolvimento para a autonomia, através da prática sistemática da reflexão e da introspecção. O supervisor desempenha o papel de facilitador de aprendizagem, assumindo uma atitude de apoio integrando-se no grupo e sugerindo alternativa sem contudo impor.

Dentro da perspectiva colaborativa do papel do professor foi elaborada uma figura com as competências do supervisor referentes a três áreas de reflexão:

-Área da supervisão;

-Área da observação;

-Área da didáctica.

Área da supervisão refere-se ao processo de monitorização da prática, na sua dimensão analítica e interpessoal. Inclui os seguintes pontos de vista, regras e princípios que regulam a supervisão, os papéis do professor e do supervisor na relação da supervisão, os estilos e os modos de supervisão e a sua instrumentação;

Estes aspectos devem ser objectos de reflexão e experimentação na formação de professores. Na relação com o professor, o supervisor adquire e desenvolve competências (atitudes, saberes e capacidades) e cumpre as suas funções por meio das quais desenvolve essas competências.

Área da observação: diz respeito ao processo de observação como estratégias de formação. Não obstante esta área pode incluir a supervisão, ou seja, ela é parte integrante da supervisão, encarrega-se de características tão específicas e com função formativa indispensáveis. Por isso é considerado aqui como área autónoma, inclui aspectos que dizem respeito às finalidades, objectos e formas de observação da prática pedagógica, os quais deve constituir objecto de reflexão e experimentação na formação de professores.

Área da didáctica: refere ao campo especializado da reflexão/ experimentação do professor, portanto, as principais actividades desenvolvidas com o supervisor nas áreas da supervisão e da observação, principalmente na segunda área, leva em conta o processo que diz respeito ao processo de ensino/ aprendizagem de uma certa disciplina no contexto escolar, planificação execução e avaliação e abarca as informações dessas disciplinas.

Esses aspectos devem assumir a qualidade de objectivo distinto da reflexão experimentação na formação de professores. Relativamente, também ao supervisor, este adquire e desenvolve competências (atitudes, saberes e capacidades) desempenhando funções através das quais manifesta essas competências.

1.7 - Supervisão como instrumento básico para a melhoria da qualidade educativa

A supervisão é um potencial instrumento de que os agentes supervisivos se dispõem para saberem da qualidade de serviço prestado nas instituições educativas. Permite identificar com clareza aspectos positivos e os aspectos a serem melhorados.

A supervisão oferece às instituições educativas uma série de benefícios, nomeadamente: o aperfeiçoamento profissional do professor; favorece a realização dos fins determinados pelo sistema de ensino; estimula a renovação do ensino; evita que a rotina se enraíze no ensino; garante a unificação e o desenvolvimento dos programas educacionais; contribui de maneira científica para o planeamento integral da escola. Além disso, contribui para a melhoria das condições do aluno, do professor e da escola

Na perspectiva de gestão pela qualidade educativa, aceita-se que a mesma consiste em satisfazer as necessidades actuais e potenciais de todas as partes nela implicada (pessoas que aí trabalham, colaboradores, clientes e sociedade em geral). A eficiência ou eficácia dos processos são melhor forma de garantir a qualidade, de maneira a assegurar um desenvolvimento sustentado. O primeiro cliente (aluno) é o principal árbitro que decide a qualidade do produto ou serviço⁵.

Na supervisão, os supervisores criam uma estratégia que permite controlar a qualidade e a eficácia, permite ainda comprovar os efeitos do comportamento institucional no desenvolvimento dos discentes afectos à instituição. A mudança das escolas só se consegue com a mudança de atitudes relativas a própria qualidade e pela mudança cultural na gestão das escolas. Pelo que, implica: que as instituições definam o conceito de qualidade; que façam revisão dos objectivos e práticas educativas, baseando num processo sistemático de recolha de informações; a adequação da escola às necessidades para as quais foi concebida; a sustentabilidade da escola, isto é, diminuir a sua dependência em relação aos recursos exteriores; que dêem atenção a todos os intervenientes, independentemente dos seus estatutos no sistema; que controle sistematicamente o progresso dos principais clientes (alunos (as)) e dos resultados educativos; a participação e capacidade de decisão por parte dos actores envolvidos na concepção da mudança; que a escola preste contas regularmente, e ser responsabilizada pelos seus resultados perante a sociedade; que a direcção da escola combine a competência do seu pessoal com eficácia e a responsabilidade social; que a

⁵ DIAS, Manuela. *Como Abordar a Construção de uma Escola mais Eficaz*. Portugal: Editora AREAL. Setembro de 2005. P. 10 – 1

escola monitorize e avalie de modo a recolher informações que possam ser utilizadas para melhoria da gestão da escola e viabilizar o cumprimento do seu principal objectivo que é de melhorar a escola a curto, médio e longo prazos.

1.8 – Qualidade Educativa e as suas Dimensões

1.7.1- Conceito de Qualidade Educativa

Segundo Amparo Seijas Díaz (2003), a delimitação conceptual da ideia de qualidade na educação não é uma tarefa fácil de levar a cabo, sobretudo porque se trata de um conceito que inclui várias dimensões ou enfoques e é analisado a partir de âmbitos disciplinares muito diversos, das quais ela destaca três:

Um primeiro significado atribuído ao termo Qualidade, por esta autora, relaciona-se com a definição de Eficácia, a qual se refere à consecução dos resultados desejados. Assim, uma educação de qualidade é aquela que se consegue quando os alunos aprendem o que devem aprender no fim de um determinado nível de estudo. (valor acrescentado – relação antes e depois). Esta perspectiva coloca a ênfase nos resultados da aprendizagem alcançada no processo educativo.

Uma segunda dimensão da Qualidade refere-se ao que aprende no sistema e à sua relevância, tanto para o(a) aluno(a) como para a sociedade.

Neste sentido, uma educação de qualidade é aquela cujos conteúdos respondem adequadamente ao que o(a) aluno(a) necessita para o desenvolvimento cognitivo, afectivo e social - . (um currículo orientado para a abordagem por competência – “saber em uso”)

Uma terceira dimensão é a que aborda a qualidade dos processos e meios que o sistema oferece aos alunos para o desenvolvimento da sua experiência educativa.

Nesta perspectiva, uma educação de qualidade é aquela que oferece aos estudantes um adequado contexto físico para a aprendizagem, um corpo docente capacitado para ensinar, utilizando estratégias didácticas adequadas (...). ⁶

⁶ DÍAZ, Amparo Seijas. *Avaliação da qualidade das escolas: modelos de avaliação da qualidade educativa. A eficácia escolar e as propostas de melhoria dos resultados*. 1ª Edição. Portugal: Editora ASA, Junho de 2003.

CAPÍTULO II – O Sistema Educativo Cabo-verdiano

2.1 – Princípios Orientadores

Os grandes princípios que orientam a acção do Sistema Educativo estão presentes na Constituição da República de Cabo Verde, que no seu artigo 1^o 4. Imputa ao Estado a tarefa de criar “progressivamente as condições que promovam o pleno desenvolvimento da pessoa humana garantindo a igualdade dos cidadãos e a efectiva participação destes na organização política, económica, social e cultural do Estado e da sociedade cabo-verdiana”.⁷

Consequentemente, compete ao Estado, entre outras prioridades garantir o ensino básico obrigatório universal e gratuito; promover a eliminação do analfabetismo e a educação permanente; criar condições para o acesso de todos, segundo as suas capacidades, aos diversos graus de ensino; regular a participação dos docentes, discentes, da família e da sociedade civil na definição e execução da política de educação e na gestão democrática da escola e fomentar a investigação científica fundamental e a investigação aplicada, preferencialmente nos domínios que interessam ao desenvolvimento humano sustentado e sustentável do país.

A Lei de Bases do Sistema Educativo⁸, dá corpo ao direito constitucional e confirma no artigo 4º o direito de todos à educação e obriga o Estado a promover progressivamente o acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino e à igualdade de oportunidades no sucesso escolar.

As Grandes Opções do Plano configuram uma visão do futuro de Cabo Verde no horizonte de 20 anos: “Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura.

Uma sociedade de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante, dotada de um Desenvolvimento humano durável, solidário, com um desenvolvimento regional equilibrado, com sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida.”⁹

2.2- Estrutura e Organização do Sistema Educativo Cabo – verdiano

⁷ Constituição da República de Cabo Verde, ed.2000, pág

⁸ Lei n.º 103/III/90, de 29 de Dezembro

⁹ Grandes Opções do Plano, Out. 2001, pág. 20

Após 15 anos de independência, publicou-se a Lei de Bases do Sistema Educativo, alterada pela *lei nº 113/V/99 de 18 de Outubro*. Trata-se de uma lei estruturante do sistema educativo entendido como um conjunto integrado de estruturas, meios e acções diversificadas que por iniciativas e sob a responsabilidade de diferentes instituições, entidades públicas e privadas, concorrendo para a realização do direito à educação no contexto histórico “Cabo-verdiano.”¹⁰

A Lei nº 103/III/90 estruturou o sistema na última década e está na base da sua actual configuração. Compreende-se os subsistemas:

Educação Pré – escolar: visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias, de instituições oficiais e de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

Ensino Básico: abrange um total de seis anos de escolaridade, sendo organizado em três fases, cada uma das quais com dois anos de duração. Possui uma estrutura curricular caracterizada pela unidade e integração disciplinares e leccionado em regime de monodocência.¹¹ Deve proporcionar a todos os indivíduos, instrumentos fundamentais para integração social e contribuir para uma completa percepção de si como pessoa e cidadão.

Ensino Secundário (via técnica e via geral): o ensino secundário destina-se a possibilitar a aquisição das bases científicas, tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos, e está organizado em 3 ciclos de 2 anos cada.

Ensino Médio: O ensino médio tem a natureza profissional, visando a formação de quadros médios em domínios específicos dos conhecimentos.

¹⁰ Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro

¹¹ Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro

Ensino Superior: O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite o cidadão para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

Educação Extra-escolar: A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós alfabetização e outras acções de educação permanente, tendo como objectivo a elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

Ensino Especial: A Lei de Bases prevê ainda modalidades especiais de ensino, relacionadas com a educação especial, a educação para crianças sobredotadas.

A administração está organizada e é exercida em dois níveis: Central e Local.

Os serviços Centrais são órgãos de concepção, coordenação, programação e acompanhamento do sistema educativo, tendo cada um, atribuição própria em determinados domínios do sistema.

A nível Local compete às estruturas desconcentradas: Delegações do Ministério da Educação, à função de coordenar a execução das acções de parcerias com autarquias, as ONG'S, as associações comunitárias, entidades religiosas, salvaguardando a articulação com projectos e programas que intervêm no âmbito do desenvolvimento social.¹²

2.3- A Organização e funcionamento dos Pólos Educativos

A Organização e funcionamento dos Pólos Educativos estão regulamentados pelo Decreto-Lei nº 77/94.

2.3.1- Instâncias de gestão dos pólos educativos

As instâncias de gestão dos Pólos Educativos são:

- a) O Conselho do Pólo: órgão de coordenação dos diferentes sectores da comunidade responsável pela implementação das actividades com vista ao desenvolvimento global e equilibrado da educação na zona educativa. Deve ser constituído por representantes do

¹² Plano Estratégico para a Educação – versão zero

peçoal docente, não docente e de pais encarregados da educação. Os encontros são presididos pelo Gestor do Pólo Educativo. O mandato dos membros do conselho tem duração de dois anos, renovável.

São competências do Conselho do Pólo: assistir à Direcção, sempre que necessário; aprovar o plano anual de actividades; apreciar a proposta do orçamento anual do Pólo; definir os princípios que orienta as relações da escola com as comunidades, com as instituições e organismos com responsabilidade em matéria educativa e com outras escolas nacionais ou estrangeiras; definir os critérios de participação do Pólo em actividades culturais, desportivas e recreativas; actuar, no âmbito das suas atribuições, como órgão de resolução de conflitos da escola; dar parecer sobre casos de indisciplina que surjam e estejam dentro das atribuições do conselho, quando solicitado; estudar e resolver problemas que o gestor submete ao conselho.

b) A Direcção do Pólo: deve ser constituída pelo gestor. É o órgão da administração e gestão do Pólo Educativo, responsável perante os serviços centrais e regionais do Ministério da Educação e Ensino Superior, pela materialização da política educativa. A nível concelhio, orienta a implementação das medidas, a execução e desenvolvimento do plano curricular, faz o acompanhamento pedagógico e a gestão, supervisiona o desenvolvimento dos programas e a aplicação de metodologias e orientações, tendo em vista níveis de qualidade de ensino que satisfaçam as aspirações da comunidade escolar.

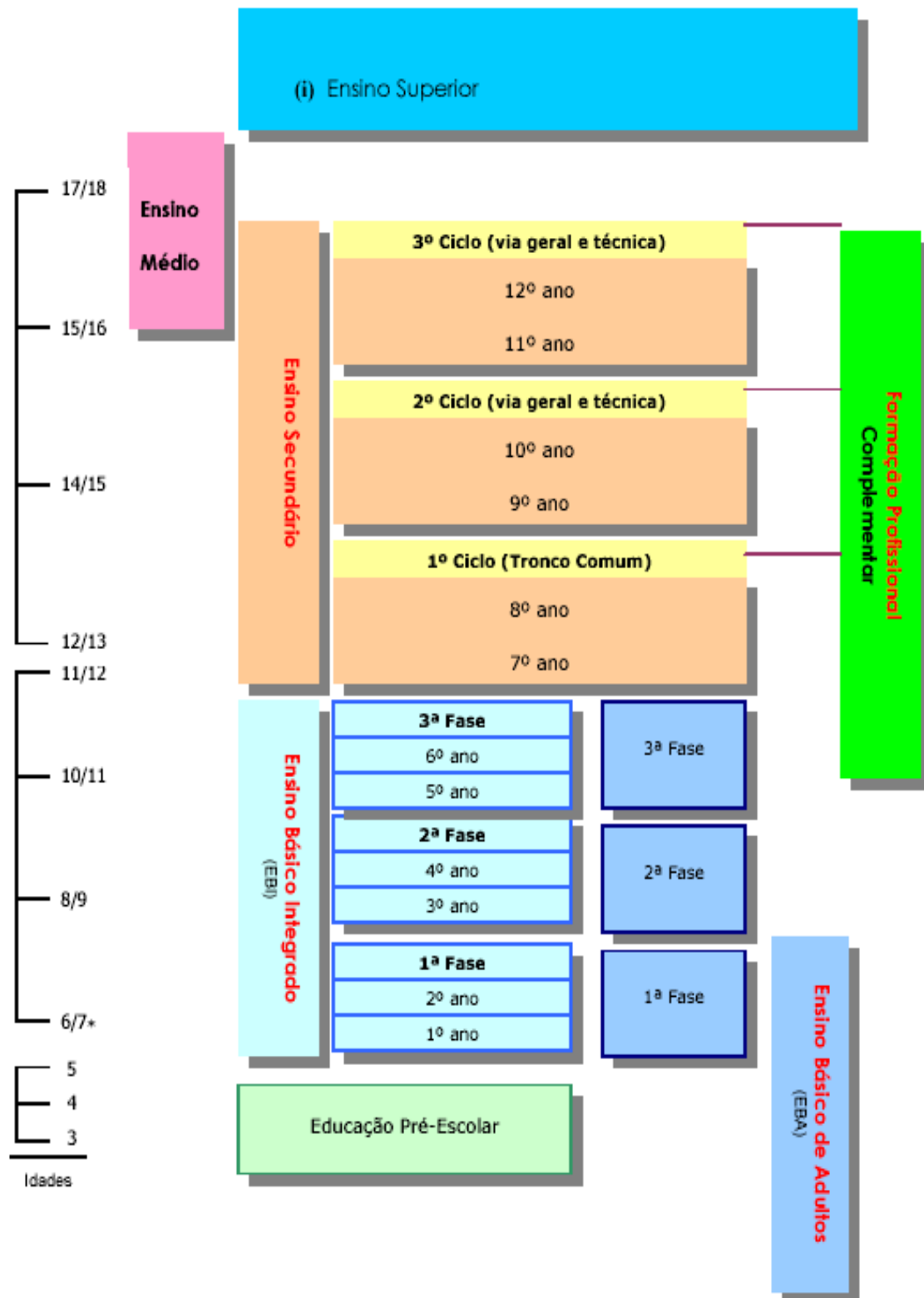
Eis algumas competências da Direcção do Pólo (gestor): submeter ao Conselho do Pólo o plano anual de actividades; a proposta de orçamento anual; o relatório anual de actividades; avaliação anual do desempenho do pessoal docente e não docente; executar e fazer executar as normas e orientações superiores; garantir meios humanos, materiais e financeiros que permitam o funcionamento satisfatório do Pólo; efectuar visitas de supervisão às salas de aula; coordenar as actividades do núcleo pedagógico, entre outras conferidas por lei ou decisões superiores.

c) O Núcleo Pedagógico: é o principal órgão da gestão pedagógica a nível interno do Pólo Educativo ao qual, no âmbito das suas atribuições definidas por lei, deve coordenar reuniões por ano de escolaridade, promover acções de recuperação de alunos com maiores dificuldades de aprendizagens, debates no seio dos docentes sobre assuntos de natureza pedagógica, coadjuvar a equipa da coordenação a nível da Delegação de entre outras

atribuições que a lei lhe confere. Segundo normas estabelecidas, o Núcleo Pedagógico deve ser constituído por professores com qualificação profissional.¹³

¹³ Decreto – Lei nº 74/94, publicada no suplemento do B.O. nº 42 – I série de 27 de Dezembro

Organograma do Sistema Educativo Cabo-verdiano



Fonte: GEP

CAPÍTULO III: A experiência da Supervisão Educativa em Santa Catarina

3.1- Caracterização do Concelho de Santa Catarina

O Concelho de Santa Catarina situa-se no interior da ilha de Santiago e constitui o segundo maior concelho da mesma. O número de habitantes que alberga (aproximadamente 49.000 hab. - censo 2000), a sua localização geográfica estratégica em relação aos outros concelhos do interior da ilha que facilita a sua acessibilidade, contribuem para que o concelho seja muito procurado e consequentemente tenha um elevado número de população estudantil.

O Concelho de Santa Catarina cobre uma superfície de 242.9Km² (incluindo o actual concelho de S. Salvador do Mundo que em matéria da educação mantém-se ainda ligado à Santa Catarina) e festeja o dia do município a 25 de Novembro, data que coincide com o dia da Santa Padroeira Santa Catarina. Essas festas têm sempre um carácter híbrido, ou seja, o lado religioso misturado com o profano.

O clima é tropical seco, com alguns microclimas que originam autentico oásis no fundo de uma ribeira ou na dobra de uma montanha. Como não podia deixar de ser, as actividades mais importantes da sua população é a agricultura de sequeiro e regadio, a qual ocupa de parceria com o comércio e a pesca (esta em menor escala).

Tendo em conta a sua dimensão geográfica e o número de habitantes há um elevado números de alunos no EBI que vinham aumentando anos após anos devido ao ensino obrigatório até sexto ano de escolaridade, mas que na presente conjuntura tende a diminuir por factores ligados a contenção de natalidade.

3.2 - Caracterização da Educação no Ensino Básico em Santa Catarina 2003 a 2006

Com vista a conhecer a situação do ensino básico no concelho de Santa Catarina, iremos evidenciar os dados recolhidos junto do Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério da Educação e Ensino Superior relativamente ao concelho e compará-las com o do nível nacional, de forma a não só apresentarmos a evolução ao longo destes últimos três anos lectivos de 2003 a 2006, abarcando o corpo docente, a aprovação, reprovação, o abandono escolar, a formação dos professores e os espaços físicos.

No ano lectivo 2003 2004 iniciaram a frequência das aulas onze mil e trezentos e onze (11.311) alunos (ver o quadro nº 1) distribuídos por seis anos de escolaridade, sendo o sexo feminino inferior ao masculino. A rede escolar abrange todas as localidades do concelho, e um número razoável de coordenadores e gestores de pólos com formação pedagógica que lhes permitam acompanhar apoiar e programar intervenções conducentes à melhoria da qualidade das aprendizagens escolares.

O aproveitamento escolar constitui um dos indicadores que melhor avalia o ano lectivo. Com efeito, para este ano comparando com o do nacional foi bastante baixo, (ver o quadro nº 20 em anexo) tendo sido registado uma reprovação na ordem de 2013, correspondendo a 17,8%, e um abandono escolar de 3,1%, superior ao nacional que é de 13.537 correspondendo a 15,9%, e um abandono de 2,6%.

No que se refere ao corpo docente pelo que pudemos verificar, 40% dos 393 (ver quadro nº 1) têm formação adequada para leccionar no ensino básico se considerarmos que não existe uma educação de qualidade sem professores qualificados, em relação ao nosso concelho, pudemos concluir que neste aspecto encontramos num nível bastante satisfatório, contribuindo assim para um serviço de qualidade à comunidade educativa em geral.

Pudemos concluir que durante o período acima referido, comparando com o nível nacional registou-se uma baixa produtividade neste subsistema de ensino.

Relativamente ao ano lectivo 2004 / 2005, um total de onze mil e vinte e oito (11.028) alunos (ver o quadro nº 1) iniciaram o ano escolar. À Semelhança do ano anterior foram distribuídos por vinte e dois pólos educativos espalhados por todo o Concelho, continuando o sexo masculino a liderar este subsistema de ensino básico e com o mesmo número de coordenadores e gestores dos pólos educativos.

No que tange ao aproveitamento foram aprovados oito mil e nove centos e cinquenta e sete (8.957) alunos correspondendo a 81,2%. Feita a comparação com o nacional de oitenta e dois mil e nove cento e oitenta e cinco (82.985) alunos dos quais aprovaram sessenta e nove mil e trezentos e quarenta e seis (69.345) que correspondem 83,6%. Comparando esses dados com os nacionais, o aproveitamento foi razoável, tendo em conta as percentagens de reprovação e de abandono no Concelho que foram inferiores ao do nível nacional. (ver quadro nº 20 em anexo)

Se no ano lectivo 2003/04 eram 40,2% dos 393 professores que tinham formação qualificada para leccionar do primeiro ao sexto anos de escolaridades, no ano lectivo 2004/05, o número de professores aumentou para 404, enquanto que a formação pedagógica subiu para 50,2%. Ganhos que consideramos importantes para este subsistema, na medida em que irá contribuir para melhorar o nosso aproveitamento escolar.

Concluimos, portanto, que em relação a esse ano lectivo houve uma produtividade razoável. No ano lectivo 2005/2006 dez mil e seiscentos e trinta e sete (10.637) alunos iniciaram a frequência, num universo nacional de oitenta e um mil e cento e sessenta e dois (81.162) alunos. Foram distribuídos por vinte e dois pólos educativos e com o aumento de mais dois coordenadores. A percentagem do sexo masculino continua a liderar esse subsistema. Comparando com os anos anteriores tanto do concelho como no país houve um aumento considerável de percentagem de aprovação. E, em Santa Catarina, em relação ao nível nacional, o aproveitamento foi superior o que contribuiu para a diminuição da reprovação e do abandono.

O número de professores com formação qualificada continua a aumentar num ritmo bastante satisfatório.

Quadro nº 1 – Número de alunos e professores do EBI

	Anos Lectivos								
	2003/2004			2004/2005			2005/2006*		
	Nº de aluno	Nº de Prof.	% de Prof. Form.	Nº de aluno	Nº de Prof	% de Prof. Form.	Nº de alunos	Nº de Prof	% de Prof. Form.
Concelho de Santa Catarina	11311	393	54.1% (213 Prof.)	11028	404	63.3% (256 Prof.)	10979	408*	63.9%* (261 Prof.)
Total Nacional	85138	3169	72.7% (2304 Prof.)	82985	3190	77.9% (2488 Prof.)	81.162	-	-

Fonte: - Ministério de Educação e Ensino Superior – GEP – Anuário da educação 2003/2004 e 2004/2005

- * Delegação de Santa Catarina – Gabinete de Estudo

Concluimos que durante estes anos lectivos em análises, se registou, ainda que lenta, uma redução do número de alunos anos após anos tanto a nível do Concelho como à nacional, a qual se deve a baixa natalidade (censo 2000). De referir ainda que no ensino básico, o sistema de fases permite a retenção do aluno só no final de cada fase, pelo que as repetências só se concretizam no 2º, 4º e 6º anos de escolaridades. Nestas fases, tanto a nível do concelho como nacional, registaram o maior número de reprovação, sobretudo no 2º ano de escolaridade.

O abandono escolar também está a diminuir bastante, devido aos apoios as famílias carenciadas e à melhoria ou reforço das refeições quentes nas escolas (pesquisas relativas a qualidade de alimentação relatório preliminar ICASE 2003).

Quadro nº 2 – Percentagem do abandono escolar

	Anos Lectivos		
	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Santa Catarina	3.1%	3.0%	2.9%
Total Nacional	2.6%	2.5%	2.8%

Fonte: - Ministério de educação e ensino superior – GEP – Anuário da educação 2003/2004 e 2004/2005

Devemos salientar, por outro lado a distribuição dos professores com qualificação pedagógica para leccionarem até 6º ano. Ela aponta para uma discrepância durante o ano lectivo 2004/05 tanto a nível nacional, numa forma geral, como nos pólos educativos do Concelho de Santa Catarina, onde durante o período em referência o pólo nº VII de Librão e o nº XIII de Saltos Acima não existem professores com formação qualificada para trabalharem até ao final da 3ª fase, que é o 6º ano de escolaridade.

Analizando os dados nacionais, constatamos que existem concelhos como São Vicente, onde 70% de professores possuem formação, seguida da Praia com 60% e São Domingos com 55%.

Nos Concelhos do Mosteiro e do Porto Novo, a percentagem de professores com a formação ronda à volta de 30%.

Actualmente, segundo as informações recolhidas junto do Delegado do MEES do concelho de Santa Catarina, a educação no ensino básico espelha melhoria significativa tanto a nível de aproveitamento escolar, a formação do pessoal docente, infra-estruturas, como de higiene escolar, tendo concorrido para essas mudanças evolutivas os investimentos do Governo e a mobilização de várias parcerias.

Em relação ao aproveitamento escolar é notório o aumento da percentagem de aprovação e a redução do abandono escolar, estabelecendo a comparação relativa ao ano lectivo 2003/04.

No domínio do espaço físico, as salas do Estado aumentaram e diminuíram as alugadas, graças aos esforços empreendidos e as parcerias entre a Delegação, o MEES e a autarquia local que investiram fortemente na construção de dezenas de escolas, cantinas, sanitários e remodelação de tantas outras, a recuperação de alguns equipamentos escolares nos diferentes pólos educativos. Além disso foram electrificados vários pólos educativos, que passaram também a dispor de água potável canalizada.

No sector da formação do pessoal docente, comparando com os anos anteriores que eram de 40,2% e 50,2%, o número evoluiu para 64% graças a criação do pólo do Instituto Pedagógico em Santa Catarina.

No rol das parcerias atrás referidas, figura a escola Superior da Viana de Castelo, (Portugal) que tem revelado muito frutuosa, tem-nos apoiado na formação de professores, gestores e coordenadores de Santa Catarina. Ainda no âmbito do projecto escolas feliz, financiado pela união europeia um grupo de coordenadores e gestores receberam uma formação de actualização pedagógica na uni Piaget.

Ainda professores destacados de Viana vieram orientar várias sessões de formação nas áreas das expressões e de produção de matérias didácticas. Deslocaram a Viana do Castelo alguns professores, gestores e coordenadores para troca de experiências e formação.

Também, no âmbito da parceria foi criado e apetrechado com materiais informáticos e áudio visual um centro de recurso que durante o ano lectivo serve os professores e gestores na elaboração dos materiais didácticos, na utilização pedagógica das novas tecnologias, na elaboração de testes, na pesquisa através de Internet. Uma biblioteca com várias matérias de conteúdos científicos e pedagógicos foi um outro ganho. Digno de referência e a atribuição de uma viatura à Delegação destinada ao transporte dos coordenadores nas suas deslocações.¹⁴

3.3 - A Supervisão em Santa Catarina:

Em Santa Catarina a supervisão pedagógica constitui e vem constituindo preocupação da Delegação e dos demais organismos responsáveis do Ministério da Educação e Ensino Superior, com vista a cumprir integralmente as suas atribuições na perspectiva da melhoria da qualidade do ensino a nível das escolas básicas.

A supervisão pedagógica conhece vários contornos, passando por momentos, formas e modalidades diferentes, com avanços e recuos. . Nesta perspectiva, iremos destacar várias modalidades implementadas ao longo destes anos.

Durante o período 2003/04, a supervisão era feita apenas por sete coordenadores. As visitas eram raras, devido à inexistência de meios de transporte que possibilitassem uma

¹⁴ Plano anual de actividades da Delegação de Santa Catarina, 2005/2006.

cobertura a todas as escolas muitas delas situadas nas zonas dispersas. Todavia os coordenadores, atendendo as necessidades dos professores de alguns pólos educativos, e de acordo com seu plano de actividades realizaram alguns seminários de capacitação em concertação com os gestores, de forma a minimizar as dificuldades, a mobilidade e a dispersão.

As reuniões de coordenação eram feitas mensalmente em três zonas pedagógicas abaixo indicadas.

No ano lectivo 2004/05, com a criação de coordenadores pedagógicos ao nível concelhio foram nomeados doze, por um período de um ano, e o Concelho foi dividido em três áreas pedagógicas, designadamente: Assomada, Cruz Grande e Picos. Cada uma sob a responsabilidade de três membros da equipa, coordenando três áreas disciplinares do 1º ao 6º anos de escolaridades.

Nas expressões físico-motora e musical existia um coordenador para todo Concelho, enquanto que as expressões plásticas encontravam-se na responsabilidade de duas coordenadoras.

Cada pólo educativo era representado por um elemento do núcleo, de cada ano de escolaridade, que encontrava com os coordenadores dois dias antes da reunião de coordenação para treinamento e discussão dos conteúdos, que seriam transmitidos aos colegas. No encontro participavam também os coordenadores, visando esclarecer duvidas e partilhar ideias.

Essas modalidades de coordenação perduraram durante um ano lectivo.

A deficiente acção do núcleo pedagógico, a fraca participação dos professores nos debates temáticos, a falta de assiduidade e de pontualidade por parte dos professores nos encontros e outros constrangimentos ditaram um encontro de reflexão entre o delegado, coordenadores e gestores com a finalidade de encontrar uma solução alternativa. Desse encontro saíram as seguintes propostas/ recomendações:

- Reestruturação e criação de um núcleo pedagógico em cada pólo educativo;
- Criação dos pólos de coordenação pedagógica e os seus respectivos núcleos de coordenação,
- Distribuição dos coordenadores por pólos de coordenação pedagógica;

- Visita de apoio pedagógico e recolha de dados para a elaboração de proposta de planificação.

- Encontro periódico com núcleos pedagógicos para análise de proposta de planificação;

A partir de então passou a vigorar uma nova modalidade de coordenação. Os elementos do núcleo pedagógicos responsáveis por cada área disciplinar, reúnem com os professores, fazem a coordenação e remetem a proposta para a equipa de validação. Passa-se a fase de aplicação ou de execução dos conteúdos planificados.

Nos anos de 2003 a 2005 o plano organizacional e o de acompanhamento diferenciaram-se em larga medida. Se no último período atrás referenciado existiam poucos coordenadores pedagógicos, e a coordenação era feita mensalmente. Hoje elas são realizadas quinzenalmente, devidamente orientadas, consistentes, e mais vantajosas.

Face à situação anteriormente vivida, regista-se a implementação de uma nova modalidade de coordenação, isto é, dividiu-se o concelho em cinco zonas pedagógicas e cada uma é assegurada por dois coordenadores e reforçada pelos núcleos pedagógicos e gestores de cada pólo educativo.

Essa modalidade traz ganhos bem visíveis tanto para a instituição (delegação do MEES), como para os próprios professores, na medida em que as dificuldades detectadas são superadas em tempo oportuno e as lacunas existentes verificadas em qualquer das disciplinas ministradas são colmatadas com rapidez. Ainda, acções de natureza diversa são implementadas e introduziu-se uma ficha de observação de aula.

3.4 - Organismo de Supervisão em Santa Catarina

Visando assegurar a prossecução das atribuições do Ministério da Educação e do Ensino Superior, ao nível do concelho foram criados organismos descentralizados competências para a coordenação e supervisão da política educativa, e do funcionamento do sistema.

Os organismos da supervisão deste concelho vêm trabalhando para que haja a melhoria da qualidade do ensino que hoje se pretende. Afinal é analisando os pontos fortes e fracos que se consegue criar input para o futuro em prol da melhor qualificação.

3.3.1- Delegado

De acordo com o decreto – regulamentar n.º 4/98 de 27 de Abril, no seu artigo 1º designa que as Delegações do MEES, são serviços desconcentrados do Ministério da Educação que em cada concelho zelam pelas atribuições do mesmo e asseguram as orientações, coordenações e apoio aos estabelecimentos de ensino não superior.

Ademais de acordo com o artigo 4º da mesma portaria, a Delegação é dirigida por um Delegado que é o representante do Ministério no concelho (artigo 5º) e responsável pelo correcto funcionamento da mesma.

No campo supervisoivo compete acompanhar, controlar e avaliar as actividades educativas no concelho.

3.3.2- Inspector

A lei orgânica do Ministério da Educação, no seu capítulo II artigo 6º, alínea c) define que a Inspecção é um órgão de serviço do Ministério.

A referida lei orgânica do ME aprovada pelo decreto-lei nº 25/2001, de 5 de Novembro, regula nos seus artigos 19º a 21 as competências e atribuições da Inspecção educativa,

Em termos de estrutura interna, a mesma lei no nº 4 do artigo 20 refere que a inspecção organiza-se em áreas de coordenação, a nível central, e em núcleo de inspecção (NI), a nível de um ou mais concelhos, sob a superintendência directa do Inspector-geral.

No campo supervisoivo, de acordo com as competências e atribuições do (IGE) o Inspector apoia no âmbito pedagógica os órgãos de direcção do ensino (pólo), procede a avaliação integrada dos estabelecimentos do ensino básico, velando também pela qualidade.

3.3.3- Coordenador Pedagógico

Com a generalidade da escolaridade básica de seis anos, tornou-se necessário dotar as delegações do MED de uma equipa de coordenadores com formação adequada para o acompanhamento e coordenação pedagógica, de forma a garantir a eficácia e eficiência do sistema.

No campo supervisão compete aos coordenadores pedagógicos:

- Visitar as escolas, inventariar as dificuldades de carácter pedagógico, didáctico e científico, as deficiências de aprendizagem dos alunos;
- Promover formas de superações dessas falhas;
- Controlar e acompanhar a evolução do processo ensino/ aprendizagem e propor medidas para a correcção das deficiências detectadas;
- Promover acções de formação para os professores, com vista ao aperfeiçoamento das suas competências profissionais.

3.3.4- Gestor

No âmbito da generalização do novo sistema de ensino, importa definir um regime de direcção, administração e de gestão dos estabelecimentos do ensino básico em consonância com a configuração da rede escolar.

A mesma lei atrás referenciada no seu artigo 10º ⁽¹⁵⁾, diz que a direcção é o órgão da administração e gestão do pólo educativo, responsável perante os serviços centrais e regionais do Ministério da Educação e do Desporto, devendo zelar pela materialização da política educativa, tendo em vista o aumento da qualidade de ensino que satisfaça as aspirações da comunidade escolar.

A direcção é constituída pelo gestor do pólo, que poderá ser coadjuvado, nos exercícios das suas funções pelos seus adjuntos.

¹⁵ Decreto – Lei nº 74/94, publicada no suplemento do B.O. nº 42 – I série de 27 de Dezembro

Compete ao gestor efectuar visitas de supervisão as salas de aulas, criar condições para a efectivação do apoio pedagógico aos professores, e coordenar o núcleo pedagógico do pólo.

3.3.5- Núcleo pedagógico

A mesma lei acima referida no seu artigo 18º (¹⁶) diz que em cada pólo haverá um núcleo pedagógico designado pelo gestor, que é constituído por professores com qualificação profissional e um coordenador pedagógico, quando possível.

O Núcleo pedagógico no seu campo supervisivo compete-lhe coadjuvar os coordenadores pedagógicos na assistência das aulas;

- Promover acções de recuperação dos alunos com maiores dificuldades de adaptação escolar e coordenar as reuniões por ano de escolaridade, constituem outras das suas atribuições.

CAPÍTULO IV: Apresentação e Interpretação dos dados

4.1- Resultados dos Inquéritos

Antes da efectivação propriamente dita dos inquéritos, preparamos uma ficha individual específica, formulando questões para as quais obteríamos respostas que iriam ao encontro do nosso objecto de análise, de forma a aferirmos as ideias que os vários actores do processo ensino/ aprendizagem tem no âmbito da supervisão e orientação pedagógica. Nesta perspectiva, o inquérito teve como alvo os coordenadores das áreas pedagógicas, gestores de pólos, pais e encarregados de educação, delegado do MEES e inspector (ver os inquéritos no anexo).

Assim sendo, iremos apresentar, separadamente, os resultados e concomitantemente tecer algumas considerações a propósito dos mesmos.

4.1.1- Coordenadores

Inquirimos cinco coordenadores pedagógicos, sendo dois do sexo masculino e três do feminino (Quadro nº 3). A faixa etária situa-se entre 40 e 55 anos de idade, distribuído da seguinte forma: De 40 a 45 anos – 3, de 45 a 50 anos – 1 e igual nº deste de 50 a 55 anos (Quadro nº 4).

Quadro nº3 Repartição dos coordenadores por sexo

Sexo	Número de coordenadores
Masculino	2
Feminino	3

Quadro nº 4 – Repartição dos coordenadores por Idade

Idade	Número de coordenadores
0 a 40	0
40 a 45	3
45 a 50	1
50 a 55	1

No concernente aos vínculos com o Ministério da Educação e Ensino Superior, todos são do quadro e possuem como habilitação académica o ensino secundário completo, 60% e o 3º ano de Curso Geral (antigo 5º ano), 40%.

No que tange a habilitação profissional, os supracitados coordenadores são habilitados com a Escola do Magistério Primário e a 2ª Fase da Formação em Exercício, equivalente ao Instituto Pedagógico, para além de participação em vários seminários e curso de curta duração para melhor capacitação e exercício das suas funções.

Analisando as idades e o perfil dos coordenadores, podemos afirmar que são idóneos e possuem habilitações que permitem-lhes desempenhar as suas funções com responsabilidade e capacidade. Todavia, e, considerando a evolução e a exigência cada vez mais crescente da sociedade, o sector educativo tem de acompanhar as demandas actuais, pelo que a qualificação dos recursos humanos deve continuar a merecer uma atenção particular do MEES e de cada professor em particular.

Respondendo à questão relativa à mudança significativa no que tange ao sistema de controlo da qualidade do ensino, afirmaram positivamente, assegurando que ela se deve a implementação de novos agentes controladores do sistema, quais sejam núcleos pedagógicos, gestores de pólos, etc.

Quanto às visitas que os coordenadores vêm efectuando às escolas, eles são unânimes em afirmar que os objectivos essenciais das mesmas resumem-se no seguinte: acompanhar no terreno o processo do ensino/aprendizagem; ajudar os professores na preparação e planificação das aulas; estimular a reflexão e a cooperação entre os docentes; reflectir criticamente sobre a execução de uma aula e a avaliação; reforçar a organização da sala de aula e a criação de melhor ambiente para o ensino, reforçar a equipa na elaboração de teste; ajudar na concepção e produção de materiais didácticos, transmitir informações e ajudar a esclarecer dúvidas.

O reconhecimento do trabalho dos Coordenadores pelo corpo docente fez parte de rol dos questionários. Ao fazermos uma análise das respostas e atendendo a fundamentação das mesmas na qual afirmam que muitos professores solicitam a colaboração da coordenação pedagógica em vários aspectos, que se prendem com o processo ensino/aprendizagem, quer no que tange a elaboração do plano de aula, quer na reflexão acerca da melhor estratégia para uma aula activa/participativa, como no aprofundamento do sistema de avaliação e na feitura de testes que determinam o grau de assimilação dos alunos. Concluimos, pois, que

cerca de 60% dos Coordenadores afirmam que os professores reconhecem as suas actividades. Por seu turno, quarenta por cento (40%) reconhecem que os docentes não têm uma informação correcta a respeito do verdadeiro papel dos Coordenadores pedagógicos.

Relativamente as demandas actuais, praticamente 80% dos Coordenadores entendem que para corresponderam as exigências da actualidade, o reforço de capacitação e de mais formação, de investigação no campo científico e pedagógico, a inovação, a criatividade, a troca de experiência em jornadas pedagógicas, como forma de elevarem os seus conhecimentos são indispensáveis. No que diz respeito aos constrangimentos todos afirmam que eles constituem obstáculos ao bom desempenho dos membros da equipa, salientando a falta de viatura, a dispersão das escolas, o difícil acesso em todo o interior do Concelho.

Quanto ao sistema de controlo, pensamos que o mesmo deve merecer uma reflexão de molde a se aferir se está adequado com a evolução e as transformações da nossa sociedade de hoje. A mesma coisa poderia dizer em relação aos conteúdos programáticos do ensino em Cabo Verde. Estes não estão ultrapassados?

Considerando que Santa Catarina é um dos maiores Concelhos dos pais em termos também do nº de alunos e de professores seria desejável, do nosso ponto de vista, que a equipa de Coordenação Pedagógica seja reforçada com mais elementos, devendo também ser criadas condições em termos de mobilidade, de forma a proporcionar maior apoio pedagógico aos professores. Portanto, urge resolver o problema de transporte, mas também de acessibilidade para que se possa assegurar maior presença aos pólos e escolas.

Constitui também preocupação, o facto de cerca de 40% dos gestores afirmarem que muitos professores não têm uma noção das funções ou do papel dos coordenadores.

Deixamos aqui expressa a nossa sugestão no sentido destes esforçarem-se no sentido de passarem a mensagem quanto as suas atribuições, mas também o corpo docente deve interessar-se por estar mais informado.

4.1.2- Gestores

De igual modo, os gestores foram objectos no nosso inquérito. Assim, foram inquiridos 22 gestores que trabalham no Concelho de Santa Catarina, contribuindo como os outros agentes do sistema educativo para a melhoria da qualidade, no concernente ao ensino básico.

Constatamos, à luz dos dados disponíveis, que uma larga maioria pertence ao sexo masculino (81,8%), enquanto que apenas (18,2%) são do sexo oposto (quadro nº 5);

Quadro Nº5 – distribuição dos gestores por sexo

Género	%
Feminino	18,1
Masculino	81, 8

No tocante à idade, devemos salientar que na faixa etária de 25-30 anos a percentagem é de 13,6%, enquanto que nas de 31-35, e 36-40 anos, representam ambas 36,2%. Cerca de 23% possuem idade superior a 46 anos. Da análise destes dados conclui – se que a maioria dos Gestores situa-se entre 31 a 40 anos, possuindo, portanto, maturidade e responsabilidade suficientes para o desempenho da função (Quadro nº 6).

Quadro Nº 6 – Idade

Idade	%
<25 Anos	0
25 - 30	13,6
31 - 35	27,2
36 - 40	18,1
41 - 45	18,1
> 46	22,7

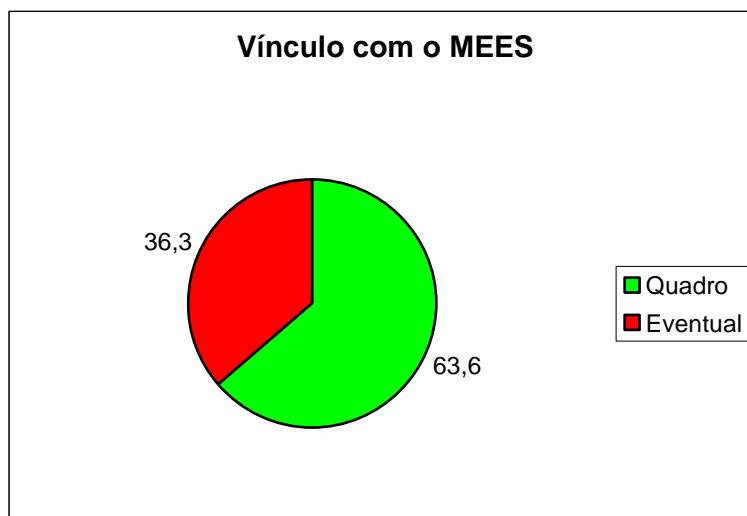
Relativamente ao tempo de prestação de serviço como gestores, os dados do inquérito falam por si, porquanto uma larga maioria trabalha há menos de 5 anos, sendo 27,2% vem exercendo tal responsabilidade durante seis anos. (Quadro nº 7).

Quadro nº 7 – Tempo de serviço como gestor

Tempo de serviço	%
1 Ano	22,7
2 Anos	22,7
3 Anos	13,6
4 Anos	13,6
5 Anos	0
6 Anos	27,2

Quanto ao vínculo laboral com o MEES, mais de 63% são de quadro, enquanto que 36,6% pertencem a categoria de eventual. É digno de realçar que aqueles que possuem já um vínculo efectivo com o Ministério da Educação sentem-se mais seguros e dão maior garantia ao sistema. Em relação aos eventuais, estes são inseguros, pois não dão, quiçá nenhuma garantia de continuidade. Por esta razão, seria aconselhável que se crie condições para a fixação de recursos humanos, como forma de garantir maior sucesso no processo do ensino/aprendizagem (gráfico nº 1).

Gráfico Nº 1 – Vínculo laboral com o MEES



O inquérito fornece – nos a informação de que 81,8% dos Gestores possuem como habilitação profissional o Instituto Pedagógico, enquanto que 18,2% têm a 2ª fase de FEPROF (quadro nº 8).

Quadro nº 8 – Habilitação Profissional

Habilitação Profissional	%
IP	81, 8
2ª Fase (FEPROF)	18, 1

A organização do Pólo foi objecto também de questionamento. Assim, 54,5% dos inquiridos asseguraram que os pólos educativos possuem condições suficientes para corresponderem às demandas do presente, justificando-se pelo grau do trabalho que os mesmos vêm prestando à comunidade escolar, mediante um plano previamente concebido e razoavelmente executado. A observância e o cumprimento das leis têm vindo a ser respeitada. A resposta negativa atinge uma percentagem elevada, isto é, 45,5%. Este dado chama a nossa atenção, pelo que deve ser objecto de análise para se poder identificar as suas causas, devendo ser implementada medidas tendentes a inversão da situação.

Quadro nº 9 – Organização do pólo em condições de assegurar as demandas actuais

Respostas	%
Sim	54,5
Não	45,4

Para a supervisão da qualidade do ensino, os Gestores têm realizado visita de acompanhamento, confeccionado materiais didácticos para a utilização dos professores, reflectem sobre as falhas identificadas, implementam acções de correcção das mesmas e incentivam os docentes a cumprirem as normas vigentes. Ademais, registam-se constrangimentos, tais como poucos recursos financeiros, inexistência de equipamentos informáticos e a necessidade de formação dos Gestores, por forma a reforçarem os seus conhecimentos.

Os pólos educativos possuem Órgãos de Direcção Administrativas e de gestão. Os Gestores que respondem positivamente quanto ao funcionamento dos mesmos, atingem uma percentagem de 95,4% relativamente a execução dos seus planos de acção anual, devido ao forte envolvimento dos seus membros, enquanto que 4,5% entendem que não, sem no entanto apresentarem qualquer justificação plausível (Quadro nº 10).

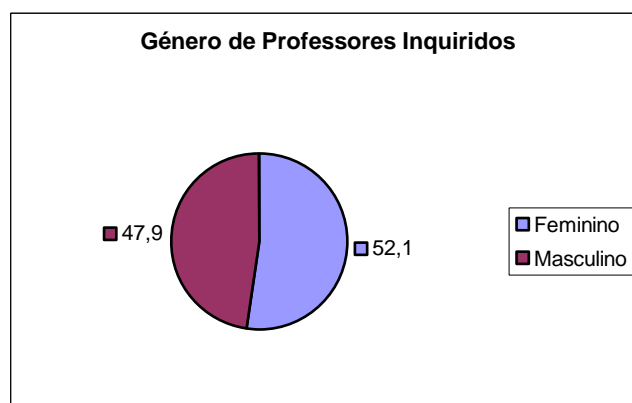
Quadro nº 10 – órgãos de direcção e gestão cumprem as suas funções?

Respostas	%
Sim	95,4
Não	4,5

4.1.3 - Professores

Dos 48 professores inquiridos 52.1% são do sexo feminino e 47.9% são do sexo masculino. Podemos concluir que a maioria dos professores inquiridos é do sexo feminino.

Gráfico Nº 2 – Distribuição dos Professores por sexo



Quanto a idade, o quadro nº 11 mostra-nos que 2.1% dos professores inqueridos tem idade inferior a 25 anos, 43.8% estão na faixa etária compreendida entre os 25- 30 anos, 25.0% entre os 31-35 anos, 12.5% entre 36-40 anos, 10.4% entre 41-45 anos e 6.3% com

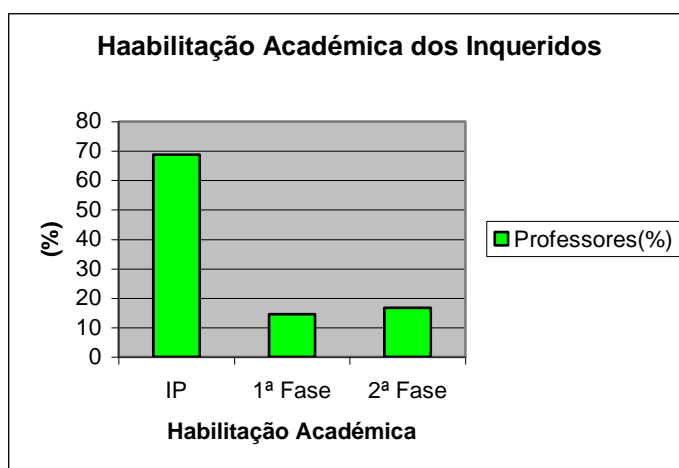
idade superior a 46 anos. Com isso podemos concluir que a maioria dos docentes inqueridos são jovens com idade compreendida entre os 25 – 30 anos.

Quadro nº 11 – Distribuição do pessoal docente segundo idade

Idade	%
<25	2,1
25 – 30	43,8
31 – 35	25,0
36 – 40	12,5
41- 45	10,4
>46	6,3

Em relação ao vínculo laboral com o Ministério de Educação e Ensino Superior 51.1% são do quadro e 48.9 % são eventual, conclui-se que a maioria dos docentes inqueridos pertencem ao quadro do MEES.

Gráfico Nº 3 – Habilitação Académica



Igualmente, a questão relativa a habilitação académica mereceu a nossa atenção. Nesta perspectiva, os dados obtidos do inquérito afirmam-nos que 68,8% dos professores possuem como formação académica o Instituto Pedagógico – IP, 16,7% têm a 2ª fase de formação em exercício e 14,6% a primeira fase. Ver gráfico ilustrativo nº 3.

Quanto ao reconhecimento social do trabalho do corpo docente, 87,5% deles afirmam que são reconhecidos socialmente, enquanto 10,4% acham que não e só 2,1% entendem que não, justificando auferirem um salário baixo, para além da desvalorização do trabalho que prestam por parte do MEES.

Relativamente ao acompanhamento do mundo moderno e das novas exigências do ensino, os professores divergem em opiniões quanto a opção. Assim:

Pesquisa e investigação	37,5%
Formação Pedagógica	18,8%
Leitura de Manuais pedagógicos	20,8%
Participação nos seminários e outras acções	22,9%

No concernente à participação dos Coordenadores na vida escolar, podemos assegurar que estes são actores sócio-educativo e como tal têm uma função específica embora seja correlacionada com outras atribuições, do professor.

De entre as várias funções dos coordenadores, destacamos as mais pertinentes: informar e formar os professores, com vista a facilitar a apropriação dos programas e manuais, apoiar os docentes na superação das dificuldades e constrangimentos, esclarecer dúvidas, suscitar debate em grupo de trabalho, promover reflexão de carácter científico e pedagógico, etc (Quadro nº 12).

Quadro nº 12 – Participação dos coordenadores na vida da escola.

Respostas	%
Participam na vida da escola	83,3
Apoiam na confecção de materiais didácticos	14,6
Participam na superação de dúvidas dos professores	2,1

0

Analisando os dados do inquérito, concluiremos que 83,3% dos professores afirmam que os Coordenadores participam na vida da escola, 14,6% apoiam-lhes na produção dos

materiais didáticos e que somente 2,5% colaboram na superação de dúvidas através de assistência às aulas. Perante estes dados, somos a concluir que os Coordenadores têm vindo a participar, efectivamente, na vida quotidiana das escolas, apoiando os professores em vários domínios do saber, justificando assim a sua existência.

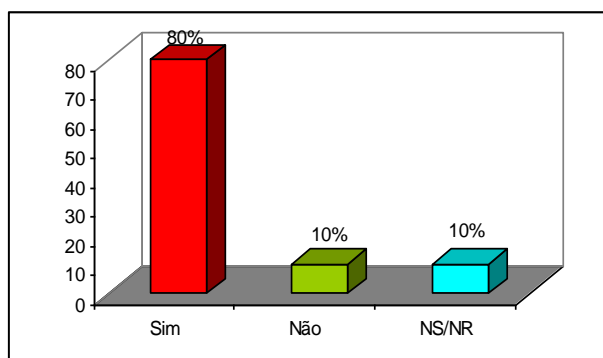
No que tange a mudanças significativas na supervisão, 93,8% dos inquiridos afirmam ter registado essas mudanças pela positiva, porquanto depois de 2003 foram introduzidos novos supervisores no sistema, assegurando assim um acompanhamento mais regular, quanto eficaz, contribuindo deste modo para a melhoria da qualidade do desempenho do professor e no aproveitamento dos alunos.

4.1.4 Pais e encarregados da educação

Oitenta por cento dos pais e encarregados da educação afirmam que registaram mudanças significativas no nosso sistema de supervisão nos últimos anos, enquanto que dez por cento afirmam que não. Os restantes não sabem ou não respondem.

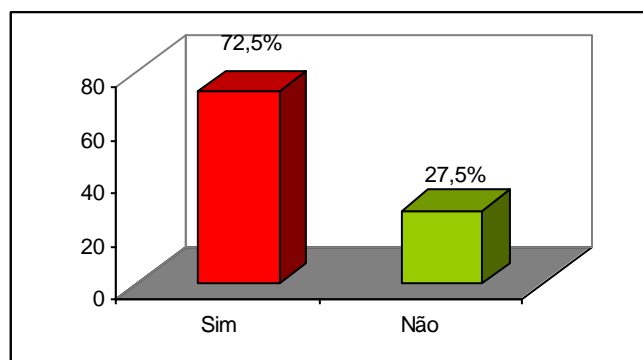
Considerando estes resultados podemos concluir que, efectivamente, registaram-se mudanças, porquanto uma larga maioria comunga da mesma opinião (gráfico nº 4).

Gráfico n.º4 – Mudança do sistema de supervisão nos últimos anos



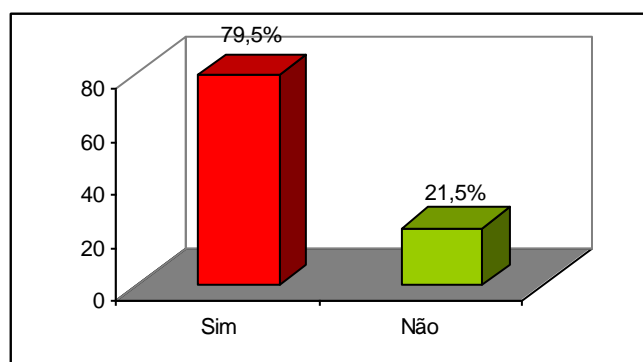
Quanto ao modelo de supervisão em vigor, a maioria dos nossos inquiridos está de acordo com o modelo existente (72,5%), enquanto que 27,5% acham que não.

Gráfico n.º 5 – Modelo de supervisão existente



A questão da aprendizagem dos filhos constituiu também a nossa preocupação de forma a testar o sentimento dos pais e dos encarregados da educação neste particular. Por isso, 79,5% dos inquiridos responderam que os seus educandos estão a aprender muito mais e melhor do que anteriormente, sendo 21,5% tem opinião contrária. Além disso e no que tange ao acompanhamento dos filhos, 87,5% procuram corresponder essa necessidade de seguimento, enquanto que 12,5% não estão a fazer qualquer esforço nesse sentido (gráfico n.º6 e quadro n.º 13).

Gráfico n.º 6 – Percepção da aprendizagem do filho .



Quadro N.º 13 – Acompanhamento dos filhos na escola

Respostas	%
Sim	87,5
Não	12,5
Total	100

Finalizando a questão da contribuição dos pais no processo de ensino/aprendizagem, atendendo a filosofia do MEES quanto ao envolvimento dos educadores, com vista a

obtenção de melhores resultados possíveis no aproveitamento dos seus filhos, as opiniões são diversas. No grupo daqueles que lhes incentivam ao estudo, a percentagem é de apenas 30%. No rol dos que lhes apoiam na efectivação de trabalhos de casa, a facção é de 20%, enquanto que 50% disponibilizam os meios financeiros para o efeito.

4.2 - Resultados das Entrevistas

4.2.1 – Delegado

A Delegação Escolar é um serviço descentralizado do Ministério da Educação e Ensino Superior que a nível do Concelho prossegue as atribuições deste e assegura a orientação, coordenação e apoio aos estabelecimentos de ensino não superior. Ela é dirigida por um Delegado, que é o responsável pelo correcto funcionamento da mesma e representante daquele organismo governamental.

Na Delegação Escolar fomos entrevistar o delegado do MEES. Iniciamos a nossa conversa perguntando-lhe sobre as mudanças que se registaram no sistema de supervisão. Ele respondeu-nos que se introduziu a figura do gestor do pólo e que este trabalha a tempo inteiro. Do mesmo passo criou-se coordenadores e núcleos de inspectores no concelho.

Questionado sobre o impacto das mudanças introduzidas no processo ensino/aprendizagem, o nosso entrevistado respondeu que a formação de um número maior de professores, o uso da pedagogia activa e o ensino centrado na criança, assim como elaboração de manuais de diferentes níveis e o reforço da formação contribuíram para que maior número de alunos passasse a transitar de classe.

Em termos de modalidade de supervisão mais aplicada, ele respondeu que a introdução do sistema de supervisão e de Coordenação visam, precisamente, apoiar os professores no desenvolvimento de trabalho no sentido preventivo. Reafirmou que em certas circunstâncias tem recorrido ao serviço de Inspeção, como medida de coação.

Perguntado sobre os métodos mais utilizados no seu controlo, respondeu que tem implementado de preferência, a colaboração por ser mais pedagógica, mais correcta e porque traz mais valia para o sucesso do serviço.

4.2.2 - Inspector

Com o fito de inteiramo-nos como é que a inspecção contribui para o supervisionamento da qualidade do ensino básico, procedemos a uma entrevista com o inspector, responsável pelo núcleo inspetivo do Concelho de Santa Catarina.

O nosso entrevistado, de 47 anos de idade e que desempenha a referida função há 9 anos, respondeu que a inspecção tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino, desenvolvendo as suas actividades junto das escolas, designadamente: Apoios pedagógicos, administrativo, acompanhamento de professores na sala de aula, na elaboração de plano de aula e na análise do programa do EBI.

Perguntamos – lhe ainda, em termos de recursos humanos, se o MEES está em condições de assegurar uma inspecção ao nível das demandas actuais, respondeu que não, justificando que vários inspectores de carreira encontram-se, neste momento, em comissão de serviço, deixando assim grande falta ao departamento da inspecção.

.Questionado ainda sobre o cumprimento integral das funções dos inspectores, respondeu que estes trabalham com dedicação sem descartar, a possibilidade deles poderem fazer mais e melhor. Em relação aos constrangimentos identificados pelos inspectores no exercício das suas funções o nosso entrevistado diz o seguinte:

- Falta de apoio financeiro para as despesas de deslocação para acompanhar os professores, a não satisfação das solicitações de apoio por parte dos mesmos. -

Em termos de comparação da supervisão do período de 2003 a 2006, ele respondeu que não tem registado alterações, nas acções e metodologia.

Em relação ao objectivo do inspector nas visitas às escolas, o nosso entrevistado pronunciou que qualquer actividade tem os seus objectivos e em cada uma delas tem processo de averiguação e/ou processo disciplinar. Ainda foi confrontado com os comentários de alguns Gestores acerca da preocupação da inspecção com a parte administrativa e financeira em detrimento da vertente pedagógica.

Questionado sobre o reconhecimento do trabalho da inspecção pelo corpo docente, o nosso entrevistado disse que os professores vêem o inspector como um polícia. Que estes facto se deve ao desconhecimento das verdadeiras actividades e atribuições dos inspectores bem como da legislação educativa cabo-verdiana. Para que se aprofunde o conhecimento o

papel da inspecção, de acordo com a opinião do mesmo, é preciso que a acção inspectiva esteja mais no terreno, de que fazer o trabalho de escritório.

Estando o inspector junto do professor, convivendo, dialogando participando nas reuniões, seminários, palestras, entre outras sessões de formação e de troca de experiências, partilhando saberes, a má imagem de que referenciamos desaparecerá.

4.3- Análise dos pontos fortes e fracos da supervisão nas escolas do EB

Através dos inquéritos que fizemos juntos dos coordenadores, professores e gestores, verificamos que no concelho a supervisão possui alguns pontos fortes, tais como:

- Uma boa imagem junto da comunidade;
- Coordenadores qualificados e com larga experiência na área da supervisão;
- Apoio disponibilizado a classe docente no seu desenvolvimento profissional;
- Realização de seminários e palestras como forma de partilhar o saber; ;
- Elaboração de plano de actividades com envolvimento de todo o pessoal da escola.

Por outro lado, existem pontos fracos nomeadamente:

- Pólos educativos que recebem poucas visitas de seguimento e insuficiente apoio pedagógico por parte dos supervisores;
- Défice de conhecimento científico e pedagógico nas áreas da expressões;
- Inexistência de projecto dos supervisores ou da delegação para superar as elevadas repetência no 2º e 4º anos de escolaridade.

CONCLUSÃO/SUGESTÕES

Quando iniciamos este trabalho de fim do curso, tínhamos a consciência clara de que a tarefa não era fácil, muito árdua e que iria exigir de nós próprios, muito esforço e dedicação. Mas, também, que seria necessário a colaboração de instituições públicas e de distintas personalidades para que pudéssemos atingir os objectivos previamente determinados.

Chegado ao seu término, pudemos afirmar que valeu a pena, tendo em conta os contactos, os diálogos estabelecidos, o conhecimento adquirido, a experiência reforçada que o mesmo trabalho nos proporcionou no decurso do período em referência, reforçando assim a nossa formação tanto académica, como profissional.

A supervisão e a orientação pedagógica que tem como finalidade contribuir para melhoria da qualidade do ensino, tem suporte legal no Decreto-lei nº77/94, que define os princípios fundamentais, a organização e o funcionamento dos organismos descentralizados do MEES, coordenando e supervisionando a política educativa.

Os elementos (dados) que recolhemos através das entrevistas e inquéritos juntos dos pais dos educandos, dos professores, dos coordenadores, inspectores, do representante do Ministério no Concelho e dos gestores e ainda, as visitas que efectuamos aos estabelecimentos do ensino básico, permitem-nos assegurar que a supervisão e orientação pedagógica tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino, tendo concorrido para o efeito, os pontos fortes evidenciados no capítulo IV/3. Por outro lado, os identificados como sendo fracos, constituindo, por conseguinte, constrangimentos ao sucesso escolar, devem ser urgentemente combatidos.

Devemos salientar que a realização de seminários de capacitação, palestras, ateliers, encontro para a troca de experiências, o reforço do mecanismo de controlo, a parceria externa com Viana de Castelo, entre outras acções de formação têm contribuído para o aumento da qualidade da educação durante o período em análise.

Não obstante os avanços registados, entendemos ser imprescindível que o Governo, por intermédio do Ministério da Educação, envide esforços no sentido da disponibilização de

mais meios aos organismos descentralizados, para que estes poderem imprimir maior dinâmica no funcionamento do sistema educativa, isto por um lado. Por outro, entendemos ser necessário proporcionar a formação a todo o corpo docente, de molde a que as crianças sobretudo das zonas mais isoladas possam obter igualdade de oportunidade, isto é, disporem de professores com formação de nível do Instituto Pedagógico.

Finalizamos, expressando ainda a nossa preocupação relativa a necessidade de aprofundar/socializando, no seio dos professores, o papel dos inspectores e dos coordenadores pedagógicos.

BIBLIOGRAFIA

- Anuário da educação (2004 e 2005).
- CAETANO, Marcelo: Manual de Direito Administrativo, tomo I e II
- Câmara Municipal de Santa Catarina – Guia turístico, Benvindos a Santa Catarina, 2002.
- DOMINGO, Ivo – Controlo disciplinar na escola – processos práticos
- Instituto nacional de estatística (2000-) Cabo Verde
- Indicadores de educação (2003 e 2004)
- Legislações consultadas (Lei de bases 103/31/12/90 e publicado no BO)
- MORGADO, José – Qualidade na educação um desafio para os professores – Editorial Presença, 1º edição, Lisboa, Setembro, 2004.
- NIVAGARA Daniel – Modulo em administração, gestão e supervisão de formação escolar – GTZ, formação de professores em exercício, Maputo.
- TAVARES, José e Alarcão, Isabel (1987) – Supervisão da prática pedagógica uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem, 2ª edição Almedina.
- TAVARES, José e Alarcão, Isabel (1982) – Supervisão Clínica: um conceito e uma prática ao serviço da formação de professores. Revista Portuguesa da pedagogia XVI, 151.168.
- VIEIRA Flávia – supervisão – uma prática reflexiva de formação de professores – 1º edição, ASA , 1993, Rio Tinto/ Portugal.

Anexo

Quadros das Respostas dos Pais

Quadro n.º 14 – Mudança de supervisão do Sistema

Respostas	%
Sim	80,0
Não	10,0
NS/NR	10,0
Total	100,0

Quadro n.º 15 – Modelo de supervisão Existente

Respostas	%
Sim	72,5
Não	27,5
Total	100,0

Quadro n.º 16 – Filho está aprender melhor

Respostas	%
Sim	79,5
Não	21,5
Total	100

Quadro n.º 17 – Contribuição no proc. Ensino/aprendizagem

Respostas	%
Incentivo ao seu estudo	30,0
Ajudo nos trabalhos de casa	20,0
Apoio financeiro	50,0
Total	100,0

Quadro n.º 18 – Filho está aprender melhor * Acompanhamento aos filhos à Escola

Perguntas		Acompanhamento aos filhos à Escola		Total
		Sim	Não	
Filho está aprender melhor	Sim	97%	3%	100
Total		17%	83%	100

Quadro n.º 19 - Modelo do controlo Existente * Inspeção forma de controlo

Perguntas		Inspeção forma de controlo		Total
		Sim	Não	
Modelo do Controlo Existente	Sim	63.3%	6.7%	70%
		21.7%	8.3%	30%
Total				100

Quadro nº 20 – Nº de Alunos, Aprovação e Reprovação

	Anos Lectivos								
	2003/2004			2004/2005			2005/2006*		
Santa Catarina	Nº de alunos	Aprov.	Repr.	Nº de alunos	Aprov.	Repr.	Nº de alunos	Aprov.	Repr.
1º Ano	1602	1585	17	1627	1566	61	1460	1425	35
2º Ano	2559	1903	656	2264	1619	645	2228	1545	683
3º Ano	1657	1640	17	1966	1770	196	1881	1491	390
4º Ano	2089	1701	388	1887	1409	478	1867	1544	323
5º Ano	1590	1588	2	1671	1526	145	1622	1435	187
6º Ano	1814	1517	297	1613	1345	268	1579	1400	179
Total	11311	9934	1377	11028	9235	1793	10637	8840	1797
Total Nacional	Nº de alunos	Aprov.	Repr.	Nº de alunos	Aprov.	Repr.	Nº de alunos	Aprov.	Repr.
1º Ano	11585	11450	135	11975	11798	177	11194	11028	166
2º Ano	17425	12857	4568	15952	11605	4347	15857	11911	3946
3º Ano	12547	12477	70	14264	12816	1448	13520	11610	1910
4º Ano	16551	12784	3767	14256	10872	3384	14538	12151	2387
5º Ano	12254	12175	79	13767	12535	1232	12648	11191	1457
6º Ano	14776	12361	2415	12771	10484	2287	13405	11839	1566
Total	85138	74104	11034	82985	70110	12875	81162	69730	11432

Fonte: - Ministério de educação e ensino superior – GEP – Anuário da educação 2003/2004 e 2004/20



Inquérito

Delegado

No âmbito da elaboração de um trabalho científico, para a obtenção do grau de Bacharelato, pretendo apresentar um estudo sobre o tema “ A supervisão da qualidade do ensino básico em Santa Catarina 2003 a 2006. Para o efeito, proponho realizar um inquérito ao senhor Delegado do Ministério da Educação e do Ensino Superior no Concelho de Santa Catarina.

Face ao exposto, com muita humildade solicito-lhe a sua valiosa contribuição, respondendo com a objectividade, as questões a seguir apresentadas.

Com a aprovação do decreto-lei nº 103 / III/ 90, a reforma do Sistema educativo encontrou as bases de suporte, tornando o projecto um imperativo de carácter inadiável.

Hoje, o processo está numa fase avançada, e, por isso, a reforma vem avançando. A supervisão constitui um dos elementos essenciais de qualquer sistema educativo.

1. Indica as mudanças que, em seu entender, se registaram no sistema de Supervisão

2. Na sua opinião qual tem sido o impacto das mudanças introduzidas no processo ensino / aprendizagem?

3. Existem dentro do sistema de controlo várias formas: Supervisionar, coordenar e inspeccionar.

3.1. Qual destas modalidades tem aplicado?

Justifique

4. A supervisão deve incidir sobre os conhecimentos, atitudes e aptidões, colaboração e punição.

4.1. Perante esses pressupostos, o que tem utilizado?

- Punição ☐

- Colaboração ☐

Justifique a sua resposta?



Inquérito

Coordenadores

No âmbito da elaboração de um trabalho científico, para a obtenção de grau de Bacharelato, pretendo apresentar um estudo sobre o tema “ A supervisão da qualidade do ensino em Santa Catarina 2003 a 2006”. Para o efeito, proponho realizar um inquérito aos Coordenadores do ensino Básico das escolas de Santa Catarina.

Face ao exposto, com humildade solicito-vos as vossas valiosas Contribuições, respondendo, com a objectividade, as questões a seguir apresentadas.

Com a aprovação do decreto-lei nº 103 / III/ 90, a reforma do Sistema educativo encontrou as bases de suporte, tornando o projecto um imperativo de carácter inadiável.

Hoje, o processo está numa fase avançada, e, por isso, a reforma vem avançando. A supervisão constitui um dos elementos essenciais de qualquer sistema educativo.

Sexo

Feminino ☐

Masculino ☐

Idade

Menos de 25 anos ☐

De 36 a 40 anos ☐

De 25 a 30 anos ☐

De 41 a 45 anos ☐

De 31 a 35 anos ☐

Mais que 46 anos ☐

Há quanto tempo trabalha como professor?

Qual é seu vínculo com o Ministério de Educação?

Eventual ☐

Quadro ☐

Qual a sua habilitação académica?

6. O (a) Senhor (a) Coordenador (a) acha que houve mudanças significativas no sistema de supervisão da qualidade do Ensino no período acima referido?

7. Acha que de 2003 a 2006 foram introduzidas mudanças consideráveis no sistema de supervisão a nível do ensino Básico?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua resposta?

8.Quais são os objectivos da visita dos Coordenadores aos Pólos educativos?

9.Na sua opinião o trabalho dos coordenadores é reconhecido pelo corpo docente?

10. Quais os constrangimentos identificados pelos coordenadores no exercício das suas funções?

11. Em termos de inovação pedagógica, os coordenadores estão em condições de assegurar uma coordenação ao nível das demandas actuais?



Pais e ou encarregados de Educação

No âmbito da elaboração de um trabalho científico, para a obtenção de grau de Bacharelato, pretendo apresentar um estudo sobre o tema "A supervisão da qualidade do ensino básico em Santa Catarina 2003 a 2006".

Caro pais e ou encarregados de educação, a supervisão faz parte do processo educativo, constituindo sempre uma das preocupações dos pais e ou encarregados de educação como elementos importantes desse processo. Gostaria de lhes colocar algumas questões relativas a essa temática.

1. Na sua opinião, houve alguma mudança no nosso sistema da supervisão nestes últimos anos?

Sim ☐ Não ☐ NS/NR ☐

Se sim, Porquê?

2. Está de acordo com o modelo de supervisão existente?

Sim ☐ Não ☐ NS/NR ☐

Justifique

3. A Inspeção é uma forma de supervisionar existente no sistema educativo

Acha que os professores dos seus filhos gostam dessa forma de controlo?

Sim ☐ Não ☐

Justifique

4. Acha que o seu filho está a aprender mais e melhor?

Sim ☐ Não ☐

Justifique

5. Para melhorar a qualidade e a aprendizagem o que seria mais adequada?

Apostando na formação do professor. ☐

Melhorar o estatuto remuneratório do professor. ☐

Reforçar a alimentação da criança. ☐

Reintroduzir/admissão do castigo das crianças. ☐

Melhorar o controlo de qualidade. ☐

Melhorar a inspeção. ☐

6. Você costuma acompanhar a educação dos seus filhos.

Sim ☐ Não ☐

7. Que contribuição tem dado no processo Ensino/Aprendizagem?

Incentivo o seu estudo ☐

Ajudar nos trabalhos de casa ☐

Apoio financeiro ☐

Não faço nada ☐

Outros ☐



Inquérito

Professores

Este inquérito enquadra-se no âmbito dos requisitos para obtenção do grau de bacharelato, em supervisão e orientação pedagógica no Instituto Superior de Educação sobre o tema A supervisão da qualidade de Ensino Básico em Santa Catarina. Agradecemos que colabore connosco, respondendo com franqueza a todas as questões porque as suas respostas são extremamente importantes.

1.Sexo

Feminino ☐

Masculino ☐

2. Idade

Menos de 25 anos ☐

De 36 a 40 anos ☐

De 25 a 30 anos ☐

De 41 a 45 anos ☐

De 31 a 35 anos ☐

Mais que 46 anos ☐

3. Há quanto tempo trabalha como professor?

4. Qual é seu vínculo com o Ministério de Educação?

Eventual ☐

Quadro ☐

5. Qual a sua habilitação profissional?

6. Acha que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?

7. O que é que tem feito como professor para acompanhar as novas exigências do ensino?

8. Fale da participação dos supervisores na vida da sua escola.

9. O professor acha que houve mudança significativa no sistema da supervisão da qualidade de ensino no período de 2003 a 2006?

Sim ☐ Não ☐

Justifica a sua resposta



INQUÉRITO

Aos Gestores

Este inquérito enquadra-se no âmbito dos requisitos para obtenção do grau de bacharelato, em supervisão e orientação pedagógica no Instituto Superior de Educação sobre o tema “A supervisão no Ensino Básico em Santa Catarina. Agradecemos que colaborem connosco, respondendo com clareza e objectividade a todas as questões porque as suas respostas são extremamente importantes.

1 - Sexo

Feminino ☐

Masculino ☐

2 - Idade

Menos de 25 anos ☐

De 36 a 40 anos ☐

De 25 a 30 anos ☐

De 41 a 45 anos ☐

De 31 a 35 anos ☐

Mais que 46 anos ☐

3 - Há quanto tempo vem trabalhando como Gestor?

4 - Qual é seu vínculo com o Ministério de Educação?

Eventual ☐

Quadro ☐

5- Qual a sua habilitação profissional?

6 - Em termos de organização, o seu pólo está em condições de assegurar uma gestão ao nível das demandas actuais.

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua resposta.

7 - O que é que tem feito como gestor para supervisionar a qualidade do ensino?

8 - Quais são os constrangimentos identificados pelo gestor no supervisionamento da qualidade do ensino?

9 - Na sua opinião supervisionar contribui para a melhoria da qualidade do ensino?

Sim ☐ Não ☐

Justifica a sua resposta

10 - No seu pólo os órgãos de direcção administrativos e gestão cumprem as suas funções?

Sim ☐ Não ☐

Justifica a sua resposta

INQUÉRITO

Inspector

O presente inquérito enquadra-se no âmbito dos requisitos para a obtenção do grau de bacharelato em supervisão e Orientação Pedagógica no Instituto Superior de Educação sobre o tema «o controlo da qualidade do Ensino Básico em Santa Catarina».

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração, respondendo com clareza e objectividade as questões seguintes:

1. Sexo

Feminino ☐

Masculino ☐

2. Idade: ____anos

3. Há quanto tempo trabalha como Inspector? ____ anos

4. Qual é seu vínculo com o Ministério da Educação?

Quadro de carreira ☐

Em comissão de serviço ☐

5. Acha que a inspecção tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino?

Sim ☐

Não ☐

Justifique a sua resposta.

6. Em termos dos recursos humanos, o MEES está em condições de assegurar uma inspecção ao nível das demandas actuais?

7. Na sua opinião a supervisão da qualidade do ensino básico tem cumprido integralmente a sua função?

8. Quais são os constrangimentos identificados pela inspecção na supervisão da qualidade do ensino?

9. Estabeleça a comparação entre o controlo da qualidade do ensino da década de 1990 com o do período 2000/2005.

10. O Inspector acha que houve mudança significativa na inspecção no período da década de 1990 a 2005?

11. A equipa da Inspeção Pedagógica tem contribuído para o controlo da qualidade de Ensino Básico?

12. Na sua opinião o trabalho da Inspeção é reconhecido pelo corpo docente?
